Globethics Repository



O Documento como prova do jeito latino-americano de ser Igreja [The Document as proof of the Latin American way of being a Church]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Zugno, Vanildo
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-05 01:17:41
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162202

O Documento como prova do jeito latino-americano de ser Igreja

ENTREVISTA COM VANILDO ZUGNO

Vanildo Luiz Zugno possui graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas, graduação em Teologia pela Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana – ESTEF - e mestrado em Teologia pela Université Catholique de Lyon. Atualmente, é professor assistente do Centro Universitário La Salle, professor da Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana – ESTEF - e Coordenador do Curso de Teologia desta mesma escola. Também atua na formação de lideranças eclesiais no meio popular. Na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line***, Zugno afirma que "é a pastoral que busca ser uma resposta aos desafios do mundo de hoje, que na realidade latino-americana se expressam nos anseios de libertação de nossos povos e nossas culturas, minorias étnicas, de gênero e etárias".***

***IHU On-Line* - Quais são os pontos mais positivos e quais as maiores dificuldades que o documento final apresenta?**

Vanildo Zugno - O ponto mais positivo do documento é o próprio fato de sua existência, que representa a continuidade de uma busca de colegialidade pastoral na Igreja da América Latina. Talvez nós, latino-americanos, estejamos tão habituados a isso que não nos damos conta da nossa originalidade enquanto Igreja de um continente que busca caminhar conjuntamente no desejo de ser fiel a Deus e à realidade dos povos que aqui habitam. Depois da traumática experiência de Santo Domingo, muitos setores da Igreja do continente, por razões às vezes diametralmente opostas, cogitavam da não necessidade ou da não possibilidade de um novo documento colegial continental. E o documento, agora, está como prova desse jeito latino-americano de ser Igreja. Mas é bom ressaltar que o "documento de Aparecida" deve sua existência e sua qualidade, em grande parte, ao "evento de Aparecida", ou seja, ao conjunto de atividades eclesiais e sociais que reuniram, em Aparecida e seus arredores, diversas expressões desse jeito de ser Igreja na América Latina e Caribe: tendas, romarias, rezas, seminários pastorais e teológicos, presença de gente simples do povo cristão e de outras expressões religiosas. Outro ponto positivo a ressaltar é o resgate do método de pensar a fé neste continente nos seus três passos clássicos: ver, julgar, agir. Mesmo que nem sempre bem articulados no documento, são importantes porque, na reflexão, tão importante quanto o conteúdo, é o método. E esse método nos ajuda a ser "fiéis ao real", como nos diria Jon Sobrino. Quanto aos conteúdos, cabe destacar o resgate de temas caros à tradição latino-americana: a opção preferencial pelos pobres (incluindo as novas pobrezas), pelos jovens, a justiça social e, em termos eclesiológicos, a plena cidadania eclesial das CEBs. Quanto às dificuldades, assinalo apenas duas, que, para mim, são as mais graves. A primeira é o eclesiocentrismo ou, ousaria dizer, o "catolicocentrismo". O documento, mesmo dizendo a todo instante que somos chamados a ser missionários, "olha para dentro" da Igreja Católica. A transformação da sociedade, em vista do Reino,

não é o foco principal da ação missionária. Essa quase sempre se reduz a trazer mais pessoas para a Igreja ou a melhorar a vida da Igreja. E Igreja implicitamente entendida como hierarquia... Isso é um revés na tradição eclesial latino-americana. A outra dificuldade é a das mediações sócio-analíticas, tanto na leitura da realidade quanto nas propostas para a ação. A falta de um instrumental para a análise da realidade faz com esta seja percebida de forma fragmentária e, muitas vezes, com um viés moralista, como se a existência de injustiças e deficiências fosse apenas uma questão do acaso ou da boa ou má vontade por parte das pessoas. Estranha-se que em todo o documento não apareçam, nenhuma vez, as palavras capitalismo, liberalismo, socialismo ou comunismo. Do mesmo modo, nas propostas de ação: de modo geral (há exceções!), apela-se mais para boas intenções do que para programas e ações concretos. Essa falta de mediações para a ação faz com que o cristianismo apareça como uma ideologia e a ação dos cristãos na sociedade se restrinja à ação individual. O casamento das duas deficiências resulta numa não explicitada tendência de volta à segurança da cristandade, historicamente impossível.

***IHU On-Line* - O documento fala da formação de leigos para a missão evangelizadora. Em que consiste esta formação?**

Vanildo Zugno - Antes de mais nada, é de se destacar que o documento, quando fala de formação, coloca os mesmos parâmetros e as mesmas exigências fundamentais para todos, independentemente de sua função na Igreja. Isso, por si só, já é um grande passo na direção de uma eclesiologia menos piramidal e hierárquica. Antes do específico, está o comum a todos os cristãos. O documento fala em "formação integral, kerygmática e permanente" (6.2.2.1). Essa caracterização por si só já é um programa... Quero, no entanto, chamar a atenção para dois aspectos que talvez ajudem a esclarecer a questão colocada. O primeiro é aquilo que o documento chama de "as diversas dimensões" da formação (n. 297): humana e comunitária, espiritual, intelectual e pastoral-missionária. É a conjugação destas quatro dimensões que faz com que a formação seja integral. Não basta ter fé (dimensão espiritual) e sentir-se enviado e dominar técnicas de evangelização (dimensão pastoral-missionária) para ser um bom cristão e um bom evangelizador. É preciso conhecer a realidade humana no seu ser próprio (dimensão humana e comunitária) com a ajuda das ciências (dimensão intelectual). Isso é todo um programa de formação que envolve conteúdos e métodos e que nos chama a revisar os programas de formação cristã, desde a formação teológica até a catequese de iniciação. O outro aspecto que quero ressaltar é o chamado a pensar a formação cristã com o auxílio da pedagogia e através de programas construídos e vinculados à realidade local (n. 298). O necessário recurso à pedagogia nos lembra que, para formar, não basta ter boa vontade. É preciso dominar o modo de formar. A construção participativa e situada do projeto formativo lembra que a formação não pode estar desvinculada de um processo de Igreja local. Precisa ser pensada a partir e para uma comunidade cristã específica, com problemas específicos e compromissos específicos.

***IHU On-Line* - Como aparece no documento a solidariedade com os povos indígenas e afrodescentes?**

Vanildo Zugno - Um primeiro aspecto a destacar é o da valoração positiva das culturas indígenas e afrodescendentes (cf. n. 88 a 93). Isso deve ser dito, além do seu valor em si, também pela controvérsia levantada por Bento XVI no Discurso Inaugural a esse respeito. O Documento tem uma postura muito positiva e desafiadora nesta questão. O desafio vai em duas direções. A primeira é a de assumir, dentro da Igreja, a presença indígena e afrodescendente (n. 94). Isso é

desafiador se tivermos em conta a inexpressividade da presença física destes dois componentes da população latino-americana nos espaços de decisão e ação eclesial. A Igreja católica latino-americana ainda é branca, tanto na sua mentalidade quanto na sua organização. Uma segunda linha de ação, propriamente na direção da solidariedade, é a de assumir as causas indígenas. O documento é claro: a Igreja quer assumir as causas que são dos povos indígenas – defesa de suas culturas, demarcação de suas terras, educação bilíngüe e defesa de seus direitos – e, para complementar essa ação, tornar-se porta-voz dos indígenas na sociedade denunciando todas as ameaças com suas vidas e culturas (cf. não 549). Quanto aos afrodescendentes, a ação solidária vai na mesma direção: defesa da cultura própria e diálogo fraterno e respeitoso com essas culturas (não 551). Essa atitude abre para o segundo passo: denúncia da discriminação e racismo nas diferentes expressões, defesa do acesso dos afrodescendentes à educação superior, defesa de seus territórios e afirmação de seus direitos, cidadania, projetos próprios de desenvolvimento e consciência da negritude (n. 552). São propostas audaciosas que vêm fortalecer ações pastorais de solidariedade que já se encontram em desenvolvimento no continente e que precisam ser aprofundadas.

***IHU On-Line* - Segundo as considerações do documento final, como deve ser a presença dos cristãos na vida pública? Como deve se caracterizar o compromisso político dos leigos por uma cidadania plena na sociedade democrática?**

Vanildo Zugno - No item em que trata explicitamente a questão, o documento, infelizmente, é muito pobre (10.5). Aponta aspectos importantes, é verdade: opção pelos pobres como motivação fundamental para a ação política; preocupação com a mudança de estruturas que geram injustiça; cuidado com a compreensão do ser humana e com a vida; distinção entre comunidade política e comunidade religiosa; integridade moral etc. No entanto, o documento não fala em "como" implementar tudo isso. Só fala que os leigos devem fazer isso e a hierarquia orientar os leigos... Isso tem um sabor de neocristandade que se acreditava, desde o Vaticano II[24], superado! No fundo, o que há é uma deficiência eclesiológica, que não consegue superar a radical separação (para não dizer oposição) entre hierarquia e laicato e uma falta de mediações sócio-analíticas, que impedem a compreensão da dinâmica própria da ação política nas nossas sociedades complexas, onde o Estado (mais ou menos democraticamente controlado, conforme o caso) joga um papel fundamental. O documento não faz nenhuma referência aos partidos políticos ou à participação dos cristãos neste tipo de organização política... Como pensar o compromisso político dos cristãos sem a participação em partidos políticos? Sindicatos são mencionados uma única vez (n. 71), e para dizer que perderam sua capacidade de intervenção na sociedade... Quando fala da "Globalização da solidariedade e justiça internacional" (8.5), o Documento é muito mais concreto na indicativa de ações possíveis de serem realizadas pelos cristãos: fortalecimento da

[24] **Concílio Vaticano II**: convocado no dia 11 de outubro de 1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8 de dezembro de 1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano. O IHU promoveu, de 11 de agosto a 11-11-2005, o Ciclo de Estudos Concílio Vaticano II – marcos, trajetórias e perspectivas. Confira, também, a edição 157 da ***IHU On-Line***, de 26-09-2005, intitulada Há lugar para a Igreja na sociedade contemporânea? Gaudium et Spes: 40 anos, disponível para download na página eletrônica do IHU, www.unisinos.br/ihu. (**Nota da *IHU On-Line***)

sociedade civil; defesa do bem comum; criação de oportunidades para todos, especialmente para os setores historicamente marginalizados; luta contra a corrupção; defesa dos direitos trabalhistas e sindicais; justa regulação da economia, finanças e comércio mundial; fim da dívida externa; regulação para os movimentos de capital especulativo; promoção do comércio justo e eliminação das barreiras protecionistas dos países ricos; preços justos para os produtos dos países pobres; atenção aos Tratados intergovernamentais... Juntando um aspecto com o outro, há, sim, boas indicações para se pensar a participação política dos cristãos na vida pública.

***IHU On-Line* - Considerando as necessidades de se iniciar uma nova etapa pastoral nas atuais circunstâncias históricas, como seria essa nova etapa pastoral?**

Vanildo Zugno - A nova etapa pastoral não precisa ser iniciada. Ela já está em andamento na Igreja. Do ponto de vista do Magistério, ela se expressou com toda força no Concílio Vaticano II, foi encarnada na realidade latino-americana pela Conferência de Medellín, foi disputada em Puebla, Santo Domingo e, agora, em Aparecida. É a pastoral que busca ser uma resposta aos desafios do mundo de hoje que na realidade latino-americana se expressam nos anseios de libertação de nossos povos, culturas, minorias étnicas, de gênero, etárias... enfim, de todos aqueles e aquelas que sofrem e lutam para superar esses sofrimentos. Pastoral criativa capaz de construir novas formas de ação tais como as CEBs, as pastorais sociais, as ações e programas ecumênicos e de cooperação com outras religiões e organizações da sociedade civil e do estado. Pastoral que tem como horizonte último o Reino e que, em função desse Reino, é capaz até mesmo de "reconstruir a própria Igreja", numa nova e permanente eclesiogênese. Essa pastoral está presente no Documento de Aparecida. Não, é claro, de forma homogênea nem principal, pois não é esta a realidade pastoral predominante no Continente e no Caribe. Mas há espaço para ela e um espaço que muitos acreditavam perdido, mas não está!